

## ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL E EMPREGABILIDADE: RESPONSABILIDADE SOCIAL PARA EGRESSOS DO SISTEMA PRISIONAL

\* Carla Marins dos Santos Pereira (PUC – Campinas)

\*Douglas Mateus Moura (PUC – Campinas)

\*Fábio Noortwk (PUC – Campinas)

\*\* Prof.<sup>a</sup> Nilda Maria Silva Luca (PUC – Campinas)

[carlamaranatha@yahoo.com.br](mailto:carlamaranatha@yahoo.com.br)

### RESUMO:

*Entende-se por reintegração social o processo pelo qual “a sociedade (re) inclui aqueles que ela excluiu, através de estratégias na quais esses excluídos tenham uma participação ativa, isto é não como meros “objetos de assistência”, mas como sujeitos”. (Athayde, 2008) Segundo Roberty, Ao sair do sistema prisional, o egresso não sabendo mais como agir fora desse local, ou seja, com a liberdade terá que tomar a direção de sua vida e a responsabilidade sobre seus atos, determinando seu próprio destino. Esse contexto por si só seria suficiente para desagregar o sujeito do meio social e causar-lhe grande sofrimento A importância do trabalho de Orientação Profissional e Empregabilidade com egressos e familiares da CAEF (Central de Atendimento ao Egresso e Familiares-Campinas) têm como relevância a ação promotora de saúde e cidadania por meio de reflexões conjuntas sobre a própria mudança, passagem de exclusão para inclusão no mercado de trabalho e resgate da identidade e espaço na sociedade Objetivo Geral: Orientar e preparar o egresso e familiar para a inserção no mercado de trabalho, valorizando suas necessidades e anseios, Estimulando a atitude positiva frente às circunstâncias de vida, enfrentando as resistências para atingir seus objetivos e Promovendo reflexão e autoconhecimento sobre aptidões e habilidades.Método: Participantes: Participaram dos encontros duas (2) egressas, uma (1) familiar e quatro (4) egressos.Procedimentos: Dinâmica de grupo, Palestra, discussões de filme, simulação de situações e temas para reflexão.Encontros: Foram realizados sete encontros, uma vez por semana com duas horas semanais.Conclusão: O trabalho de Orientação Profissional e Empregabilidade assumiram um papel de promoção de desenvolvimento social, e conseqüentemente sendo agente de transformação da imagem negativa dos egressos participantes. O desenvolvimento do trabalho atingiu seu objetivo tendo como relevância o processo de construção da identidade do egresso em relação com sociedade. Esse trabalho contribuiu para a possibilidade de mudanças na história de vida pessoal e como participante das mudanças sociais no meio em que esta inserido.*

Palavras-chaves: Orientação Profissional, Egresso, Família, Responsabilidade Social e Reintegração.

# 1. INTRODUÇÃO

A Orientação Profissional nasceu como prática no contexto sócio econômico da terceira Revolução Industrial caracterizada pela produção e pelo consumo em massa. Essas indústrias ofereciam aos trabalhadores tarefas mecânicas, segmentadas e repetitivas. “A Orientação Profissional caracteriza-se neste momento como atividade diretamente vinculada à indústria e ordem sócio econômico vigente com o objetivo de garantir o aumento da produtividade industrial”. Lassance (2003).

Segundo Santos (1998), um novo perfil e um novo conceito de qualificação que vai além do simples domínio de habilidades e disposição para cumprir ordens.

Estamos diante do emprego que exige do trabalhador estar preparado para tomar decisões, ser criativo e ser rápido sem que alguma pessoa o mande a fazer isso.

O uso do termo “empregabilidade” remete igualmente às características individuais do trabalhador capazes de fazer com que possa escapar do desemprego mantendo sua capacidade de obter um emprego. Lavinias (2001).

De acordo com as idéias de Bock (1995), antes do desenvolvimento do capitalismo o indivíduo assumia um papel na sociedade apenas por condições de nascimento e sangue, assim, se ele fosse servo continuaria sendo servo, de geração em geração.

“Até o fim da idade média o trabalho era visto como castigo e sofrimento e a profissionalização era determinada por nascimento ou por conveniência” Lassance (2003). Indivíduo e sociedade se confundia sendo que o indivíduo era subordinado pela ordem social.

Ocorre uma diferenciação do indivíduo e da sociedade com o capitalismo, a desigualdade social e o preconceito em diversas esferas o indivíduo pode ser livre de condições anteriores a de seu nascimento, porém este processo econômico e social atribui apenas ao homem o poder de sucesso. Assim acarretando em grandes problemas sociais.

Já que pressupõe ser apenas do homem o dever de se esforçar, lutar, estudar, trabalhar para garantir sua posição e sucesso.

Todos têm as mesmas possibilidades e a concepção de indivíduo que passa a vigorar e de “ser autônomo em relação à sociedade, ou seja, ele existe independente das determinações dela e pode superar os obstáculos colocados pela organização social Bock (1995). O homem é responsável pelo seu sucesso tirando a responsabilidade de seu meio. Se o indivíduo não se esforçar o suficiente, deve se conformar com sua situação, pois teve todas as oportunidades “as quais não soube aproveitar de forma eficiente”, Bock (1995).

A escolha que o homem faz durante o percurso da vida garante a ele o sucesso ou o fracasso. A escolha profissional é mais uma dessas escolhas, quando o indivíduo erra na sua escolha ele corre o risco de fracassar na vida profissional e ainda procura redimir a responsabilidade do sistema social na escolha e sucesso profissional do indivíduo encobrindo os determinantes sociais do fracasso sendo o indivíduo considerado o único responsável Bock, (1995)

O indivíduo tem que estar preparado para o mercado de trabalho, pois este o classifica e o desclassifica de acordo com seus interesses. E principalmente para os que são excluídos do mercado de trabalho e que sofrem com a indiferença de uma sociedade que não está preparada para lidar com a carência de serviços sociais básicos que acabam determinados segmentos populacionais, com características sociais, culturais, econômicas e demográficas bem definidas.

Diante das mudanças em curso no mercado de trabalho, os trabalhadores com maior grau de empregabilidade teriam condições de melhor ajustar-se à nova oferta de emprego e aqueles competentes estariam infinitamente mais protegidos do desemprego, do trabalho precário e outras formas de informalidade, Lavinias (2001).

Para desenvolver um trabalho de Orientação Profissional dentro de uma perspectiva social temos que levar em conta a questão da conscientização aos egressos (ex-presidiários), quem se depuseram a realizar este trabalho, que estão em uma situação de exclusão pela sociedade, com suas várias dimensões econômicas, políticas, educacionais e de principalmente de responsabilidade social.

A orientação segundo Bock (1995) deveria proceder a uma análise de como a sociedade esta estruturada, e não desenvolver a análise do indivíduo para que ele bem se adapte a esta ordem sem jamais questioná-la.

Dentro desta perspectiva se faz necessário propiciar a compreensão de que vivemos em uma sociedade profundamente injusta e opressora e ao mesmo tempo apontar que esta sociedade esta em movimento, Bock (1995).

Segundo Santos (1998) o processo de escolha na vida das pessoas não é algo estático, localizado e pontual, mas sempre em movimento de variáveis que se encontram e se interligam em um processo histórico social determinado.

Segundo Lassance (2003) a Orientação Profissional tem dois caminhos: contribuir para super valorização do individualismo, postura reprodutora social ou promover uma reflexão crítica e ética sobre o compromisso social implicado nas escolhas profissionais assumindo um papel de agente de mudança.

## **2. JUSTIFICATIVA**

A importância do trabalho de Orientação Profissional e Empregabilidade com egressos e familiares da CAEF – Campinas tem como relevância a ação promotora de saúde e cidadania por meio de reflexões conjuntas sobre a própria mudança, passagem de exclusão para inclusão no mercado de trabalho e resgate da identidade e espaço na sociedade. Pois diante da sociedade o egresso e seus familiares sofrem com a dificuldade para enfrentar determinadas condições da vida social, onde o egresso já não faz mais parte deste contexto.

Este indivíduo violou normas da sociedade e acaba sofrendo com o ônus de preso mesmo em liberdade. É um passado que está sempre presente, mesmo que já tenha cumprido o que determina a lei.

Estas pessoas e seus familiares são levados a uma baixa auto-estima, ao descrédito, que tende a levá-los à exclusão da sociedade, pois os coloca em uma situação difícil, na conquista do meio de sobrevivência, gerando frustrações diante das negativas que impedem o acesso à cidadania.

Portanto estes indivíduos retornando à sociedade “estigmatizado” como ex-presidiário, criminoso e marginal, certamente o fará um excluído do mercado formal de trabalho e de uma vida digna, se não contar com suporte das instituições e sociedade em geral.

E este trabalho de Orientação Profissional e Empregabilidade têm a finalidade de oferecer aos egressos, uma fonte para se reintegrar na sociedade com uma melhor preparação e desenvolvimento de competências profissional e social. Por extensão, contribuir para que os egressos e seus familiares possam resgatar os vínculos, facilitando a quebra dos estereótipos, diminuição da ansiedade do medo do futuro e também se ressocializar, pois a baixa escolaridade e a desqualificação profissional não propiciam a obtenção de emprego, que é a condição básica para ocupar o seu espaço na sociedade.

### **2.1.1 O egresso**

Entende-se por reintegração social o processo pelo qual “a sociedade (re) inclui aqueles que ela excluiu, através de estratégias na quais esses excluídos tenham uma participação ativa, isto é não como meros “objetos de assistência”, mas como sujeitos”. (Athayde, 2008)

Segundo Roberty, Ao sair do sistema prisional, o egresso não sabendo mais como agir fora desse local, ou seja, com a liberdade terá que tomar a direção de sua vida e a responsabilidade sobre seus atos, determinando seu próprio destino. Esse contexto por si só seria suficiente para desagregar o sujeito do meio social e causar-lhe grande sofrimento.

Ainda segundo Roberty, o condenado que cumpri sua pena, e que fez um esforço para se “emendar”, pretende acima de tudo, reintegrar-se ao convívio social, e ter uma vida digna e humanizada.

As ações de reintegração social podem ser definidas como um conjunto de intervenções técnicas, políticas e gerenciais levadas a efeito durante e após o cumprimento de penas ou medidas de segurança, no intuito de criar interfaces de aproximação entre Estado, comunidade e pessoas beneficiárias, como forma de lhes ampliar a resiliência e reduzir a vulnerabilidade frente ao sistema penal.

É importante ressaltar, que apesar da desconfiança existente da sociedade em geral com relação ao egresso (a) estigmatizado, seus problemas afetivos, emocionais não diferem de qualquer outro ser humano sem antecedentes criminais.

Assim, define-se que o sistema prisional deve prestar várias formas de assistência à população prisional, considerando como parte integrante desta população os egressos e egressos desse sistema.

Segundo os princípios definidos pela Lei de Execução Penal, a assistência ao preso, escopo de atuação da reintegração social deve se dar nas seguintes esferas: material, saúde, jurídica, educacional social e religiosa.

Para levar a cabo esta função a Secretaria de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo conta com a Coordenadoria de Reintegração Social Penitenciária e as Centrais de Atendimento aos Egressos e Familiares – Caef.

A Coordenadoria de Reintegração Social Penitenciária atua de acordo com as atribuições previstas no decreto nº 47.930 de 7 de julho de 2003.

- a) Desenvolver e propor normas que visem à reintegração social dos sentenciados na sociedade, quando em liberdade.
- b) Desenvolver, implantar e coordenar a correta aplicação de políticas de atenção ao egresso e seus familiares.
- c) Promover ações de assistência direta ou articular ações de intercâmbio, cooperação técnica integração de trabalho com unidades do sistema penitenciário, órgãos públicos e particulares e organizações não governamentais, com vista à inserção social dos presos, seus familiares, egressos e beneficiários de concessões legais.

### **2.1.2 O sistema penitenciário no estado de São Paulo**

O Estado de São Paulo abriga a maior população prisional do país, com cerca de 50% dos presos e presos de todo o Brasil. Essa contingência gira em torno de 140 mil pessoas, distribuída em 146 unidades prisionais sob responsabilidade da Secretaria do Estado da Administração Penitenciária.

A partir da década de 1990, o funcionamento do sistema penitenciário tomou um rumo significativamente mais complexo, por se empreender um amplo processo de descentralização, desterritorialização e interiorização das unidades prisionais. Desde então, mais de 90 unidades foram construídas e a Secretaria da Administração Penitenciária se dividiu em 05 Coordenadorias Regionais segundo Athayde

Segundo o mesmo autor os diversos motivos são apontados para esse vigoroso crescimento, sendo comumente citado o aumento da eficácia policial, a morosidade do judiciário para proceder à soltura de presos com cumprimento de pena (integral ou passível de benefícios e progressões), o baixo alcance da política de penas alternativas, o aumento exponencial da violência, dentre outros.

Segundo a Lei de Execuções Penais, Lei nº 7.210, de 11/07/1984 (BRASIL, 1984), o sistema prisional tem dentre suas finalidades garantir “a harmônica integração social do condenado e do internado” (TÍTULO I, Art 1).

Esta prerrogativa estabelece ao sistema prisional a função de preparar homens e mulheres presos para a retomada do convívio social.

Com base nesta prerrogativa, surgem na estrutura da administração penitenciária as políticas de reintegração social do Governo do Estado de São Paulo, as quais, em princípio, têm como finalidade contribuir para a reconstrução dos laços de convívio entre a sociedade e as pessoas que passam pelo sistema prisional.

### **2.1.3 A prisão e pena**

Na idade média, julgar era conhecer a verdade de um crime, que praticou e punir o autor desse crime de acordo com lei, segundo Roberty Campanha.

Foucault (1979 apud Roberty) ao fazer um estudo sobre os sistemas prisionais observa que, em sua origem, a pena sempre foi permeada de um sentimento de vingança em fases constituídas de diferentes âmbitos: a vingança privada, a vingança divina, a vingança pública e finalmente, a fase da reação humanitária.

Roberty diz que a pena de prisão teve sua origem na Revolução Francesa, que procurou abolir as atrocidades e a barbárie dos suplícios, a teatralidade das execuções e a obsessão da vingança pública que eram impostas aos delinquentes na época. No fim do século XVII e início do século XIX, a punição ao corpo deixa de ser uma cena e a ação punitiva ao condenado torna-se a parte mais velada do processo penal.

Na história do direito penal encontra-se em cada época, a criação de leis penais que instituem os mais variados processos punitivos, que vão do suplício do corpo, como salvação da alma do condenado, à utilização dessas mesmas leis, alegando-se não o castigo do delincente, mas a sua recuperação.

### **3. CARACTERIZAÇÃO DO ESTÁGIO**

#### **3.1.1 Apresentação**

As Centrais de Atendimento aos Egressos e Familiares são constituídas com a finalidade de garantir apoio integral ao ex-presos que está retornando ao convívio social mais amplo; articular ações que ajudem familiares de presos minimizando as conseqüências do cumprimento de pena, visando à manutenção da unidade familiar. As Centrais são o resultado de uma propositura do Departamento de Reintegração Social Penitenciário da Secretaria de Administração Penitenciária do Estado de São Paulo. Configura-se hoje como um desdobramento das intervenções realizadas pelos profissionais técnicos da SAP que trabalhavam na antiga Divisão de Serviço Social na Capital. Hoje, o trabalho modernizou-se e expandiu-se e está sendo implantado em diversos locais da cidade de São Paulo, interior e litoral.

Para atender a crescente demanda de egresso do Sistema Prisional de todo o estado, faz-se uso de pesquisa junto as Varas de Execuções Criminais, levantando-se a demanda existente e analisando a viabilidade da implantação de uma Central de Egressos e Familiares.

A SAP, através do DRSP, possui a atribuição de implantar e coordenar o trabalho (Decreto nº 47.930 de 7 de julho de 2003) e, para tanto, conta com parceiros significativos, como o Poder Judiciário, as Prefeituras Municipais, a Funap, Ongs e Instituições Acadêmicas para a implantação das CAEFs.

Cada CAEF possui um profissional técnico, assistente social ou psicólogo, responsável pelas conduções das atividades locais. A intervenção profissional dos responsáveis pela CAEF deve estar pautada na perspectiva de passagem da exclusão para a inclusão social, reafirmando o compromisso ético-político do profissional de articular e potencializar redes de apoio, serviços e políticas, buscando ao mesmo tempo o fortalecimento da cidadania, da autonomia e da identidade de seus usuários.

A integralidade do programa abrange quatro âmbitos fundamentais: assistência social, educação, trabalho e saúde, no que tange suprir as expectativas dos egressos contextualizados no núcleo familiar. Estes quatro focos de atenção devem ser atingidos mediante demanda e intervenção.

As Centrais de Atendimento aos Egressos e Familiares também são responsáveis pelo atendimento aos familiares de presos de todo o estado. São capazes de estabelecer a ligação necessária entre o familiar do preso e a unidade prisional, além de aplicar programas que possibilitem a sustentabilidade do núcleo familiar durante o período de qualquer membro na prisão. Este trabalho é desenvolvido no mesmo posto de atendimento ao egresso.

#### **3.1.2 Objetivos**

Os objetivos podem ser sintetizados através dos seguintes tópicos: 1) implementar programas de empoderamento social com as famílias de presos; 2) Mediar as relações entre instituições e usuários; 3) Colaborar para a sustentação do vínculo entre o preso e seus familiares. As diretrizes do trabalho com familiares estão embasadas no fortalecimento da postura cidadã; no acesso dos usuários à informação, bens e serviços; na articulação para trabalho integrado com as Unidades Prisionais; e finalmente, no combate à discriminação dos familiares de presos.

Para fins didáticos este manual dividido está em quatro partes: a primeira apresenta embasamento legal para o trabalho junto ao egresso do sistema penitenciário. A segunda trata do âmbito funcional da Instituição agrupando informações de suma importância para uma constituição e funcionamento da Central de Atenção aos Egressos e Familiares (CAEF): reconhecimento de espaço físico, recursos humanos, equipamentos, mobiliário, constituição da rede de apoio operacionalizada no cotidiano, necessidade de registros de procedimentos, etc.. A terceira aponta caminhos a ser percorrido no que diz respeito aos processos de atenção, atendimento e orientações aos egressos e familiar. A quarta discrimina atividades e resultados.

A Regional campinas tendo como objetivo a reintegração social, a Central é um núcleo de atendimento aos egressos e seus familiares. Há também o auxílio à família de quem ainda está preso. O trabalho é desenvolvido através de atendimento social, encaminhamentos e parcerias com diversas entidades governamentais, Ongs e iniciativa privada. “Nosso trabalho de atendimento ao egresso não começa aqui fora. Ele é iniciado com a pessoa ainda em privação de liberdade e o processo vai até que ela saia”, afirma Moraes. “Nós focamos as ações, aqui na Regional Campinas, com a pessoa ainda na unidade prisional, pois acreditamos que dar esse espaço de acolhimento, de pertencimento à pessoa presa é uma das bases fundamentais da Funap”.

### **3.1.3 Região de Campinas**

Pertencente à Coordenadoria da Região Central, Campinas possui em seus arredores 17 unidades prisionais, sendo quatro Centros de Detenção Provisória, um Centro de Progressão Penitenciária, oito Centros de Ressocialização e quatro Penitenciárias. As unidades abrigam por volta de 11 mil presos e em média 300 egressos saem por mês, somente do Centro de Progressão Penitenciária Ataliba Nogueira, mensalmente.

### **3.1.4 Departamento de Atenção ao Egresso e Família**

Os Centros de Atenção ao Egresso e Família têm, em suas respectivas áreas de atuação, acompanhando e supervisionar as atividades relativas à execução dos programas de egressos e Familiares.

E assim viabilizando ações de reintegração social a serem desenvolvidas com pré-egressos, junto às unidades prisionais, visando à promoção do bem-estar psicossocial de pré-egressos e egressos planejar, controlar e avaliar a implementação de programas, projetos e atividades de: manutenção do núcleo familiar, fortalecimento das relações familiares com os pré-egressos, acesso à condição de cidadania e atendimento à problemática social do cotidiano;

As Centrais de Atenção ao Egresso e Família têm, em suas respectivas áreas de atuação, realizando, intervenções específicas visando à promoção do bem-estar psicossocial de egressos, pré egressos e seus familiares e controle sistemático das condições de liberdade dos apenados. Atuando como fomentador da manutenção do vínculo entre o pré-egresso e seus familiares, organizar e manter atualizados os prontuários, de maneira a facilitar o acompanhamento dos usuários.

E bem acompanhar a adequada execução da pena dos sentenciados liberados pelo Poder Judiciário que permanecem em cumprimento de pena; monitorar o cumprimento dos requisitos condicionantes da liberdade dos apenados liberados e informar às autoridades competentes sobre o cumprimento de reprimendas, executando os serviços de recepção, de controle de fluxo e de vigilância dos usuários durante sua permanência nos locais de atendimento.

### **3.1.5 Grupo de Ações de Reintegração Social**

O Grupo de Ações de Reintegração Social tem as seguintes atribuições: elaborar, acompanhar e avaliar a implementação dos programas e projetos referentes à área de reintegração social; elaborar, promover a implantação e zelar pelo constante aprimoramento dos sistemas de acompanhamento e controle das atividades desenvolvidas pelas unidades: da Coordenadoria e dos estabelecimentos penais, quando pertinentes a reintegração social e cidadania.

O Centro de Referências Técnicas tem, por meio das Células de Referências Técnicas, as seguintes atribuições: acompanhando e orientando o andamento das atividades técnicas das unidades prisionais, voltadas aos trabalhos de reintegração social. E implementar e supervisionar a execução de projetos específicos da Coordenadoria junto às unidades prisionais.

### **3.1.6 Atribuições Comuns**

São atribuições comuns ao Departamento de Penas e Medidas Alternativas, ao Departamento de Atenção ao Egresso e Família e ao Grupo de Ações de Reintegração Social, em suas respectivas áreas de atuação realizar estudos, elaborar relatórios e emitir pareceres.

Orientando e acompanhando as operacionalizações das diretrizes e prioridades que lhes forem fixadas, garantindo a atenção específica sobre os diversos grupos de gênero, racial e étnico em políticas, programas, projetos e ações que lhes forem afetos, propondo intervenções específicas de saúde, em intercâmbio com a Coordenadoria de Saúde do Sistema Penitenciário, visando à promoção do bem-estar físico, mental e social de usuários e servidores.

Através de r parcerias com entidades públicas, empresas privadas e organizações da sociedade civil sem fins lucrativos estabelecer estreitas relações com as alianças sociais, levando-se em conta as características de cada comunidade, realizar os estudos e os demais trabalhos proporcionando campo de estágio para acadêmicos, observando-se critérios técnicos e éticos.

Colaborando assim com outras unidades da Coordenadoria na elaboração de projetos, atividades e trabalhos que visem à ressocialização dos condenados.

### **3.1.7 Projetos**

Construir um trabalho sistematizado através de projetos é uma maneira eficaz para atingir objetivos. Eles são imprescindíveis para a utilização dos recursos (que sempre são finitos) na obtenção dos resultados. Ainda mais, uma postura sistemática na realização de projetos, permite que o grau de realização esperado seja atingido num espaço de tempo otimizado, evitando retrabalho.

Para obter sucesso num projeto que vise atingir as demandas de nossos usuários, é importante, após realizar o diagnóstico da situação, seguir algumas etapas de elaboração, fazendo um esboço, um plano sumário detalhado com as seguintes informações: descrição de produtos, usuários, objetivos específicos, impactos, exclusões, limitações, custos/benefícios, recursos especiais; produtos intermediários, macro fases, estratégias de implementação, áreas de riscos e equipe de trabalho.

De posse do plano sumário é possível fazer um detalhamento e um planejamento do projeto: construir uma estrutura de desmembramento do projeto, identificar as relações entre as atividades, tarefas, construir rede lógica de interdependências das atividades, listarem os executores, relacionarem os executores responsáveis pelas atividades, estimar as durações e recursos necessários (planilha de recursos), fazer análise de riscos e determinar ações preventivas, definir o plano de qualidade e calcular o cronograma inicial.

Boas intenções, boas políticas, boas decisões precisam se transformar em ações efetivas. As organizações eficazes sabem que o trabalho não se limita a um belo plano, nem a uma linda declaração política. O trabalho só é feito quando está feito. Feito por pessoas, com um prazo. Feito através de projetos e programas por pessoas treinadas, monitoradas e avaliadas. Por pessoas que se responsabilizem pelos resultados.

## **4. Avaliação**

Este estágio de Orientação Profissional e empregabilidade assumiu um papel de promoção do desenvolvimento social e, conseqüentemente sendo agente de reforço para a imagem dos egressos que participaram. Este projeto de Orientação Profissional teve como proposta para, deslocar seu eixo central de preocupação, que geralmente tem sido a escolha dos indivíduos, para a abordagem da temática do trabalho na sociedade atual.

O estágio conseguiu atingir o desafio do trabalho que era constitui-se na construção do indivíduo em relação com a sociedade. E assim atingindo resultado mais do que esperados para estes participantes, como; apontar caminhos para entender sua relação com a sociedade e assim superando suas visões que os colocam como mero reflexo da sociedade ou como totalmente autônomo em relação a ela.

E assim se fez entender durante os encontros as possibilidades de mudanças, de alterações históricas, ao reconhecer que os indivíduos podem mudar e alterar suas históricas de vida pessoal e de condições social. Esse trabalho traz um resultado significativo o qual resgatou nos participantes a questão de superações e de enfrentamento dos obstáculos colocados pela realidade de serem egressos.

## **5. REFERÊNCIAS BIOGRAFICAS.**

AMOROSO, Sérgio. *Responsabilidade Social: menos marketing e mais ações*. Jornal Valor. 20 de agosto de 2003.

ANTUNES, R.(2000). *Trabalho e precarização numa ordem neoliberal* (São Paulo: Boitempo).

BOCK, A.M.B.../et al/ (1995). *A Escolha Profissional*. São Paulo. Casa do Psicólogo 2ªed.

CAMPANA, A. R. *Corpo, pulsão, expansão e cidadania: resgatando a Cida/identidade*. In: CONVENÇÃO BRASIL LATINO AMÉRICA: Foz do Iguaçu, 2003.

EXAME. *As 100 melhores empresas para você trabalhar*. 2000 (edição especial). p. 170

FREIRE, L.C & Bastos, A.V. B (2000). Tendências de Transformação no Mundo do Trabalho: Uma Análise da Dinâmica Ocupacional Brasileira. *Revista de Administração da USP*, São Paulo, v.35, n.3

Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social. *Manual de responsabilidade social das empresas: primeiros passos*. Disponível em: [www.ethos.com.br](http://www.ethos.com.br). Acesso em 11 dez 2005.

LARANJEIRA, S.M.G. (2000). As Transformações do Trabalho num Mundo Globalizado. *Revista de Sociologias*, Porto Alegre ano2, n.4

LASSANCE, M.C; Sparta, M (2003). A Orientação Profissional e as Transformações no Mundo do Trabalho ; Ver.Brás.Orientação Profissional v.4 n.1-2 São Paulo dezembro.

LISBOA, M.D; Soares, D.H.P. (2000). Orientação Profissional em Ação- formação e prática de orientadores. São Paulo: Summus.

LUCCHIARI , D.H.P.S(1993). Pensando e Vivendo a Orientação Profissional. São Paulo : Summus.

MALVEZZI, S. (1999). Mercado Informal, Empregabilidade e Cooperativismo: as transformações das relações de trabalho no mundo contemporâneo. *Cadernos de psicologia Social do Trabalho* n.2

MELO, F. A.L.M. (2008). Estratégias de Atendimento ao Egresso Prisional e ao Familiar de preso no Estado de São Paulo. Fundação Dr. Manoel Pimentel: Araçatuba-SP.

SANTOS, T. B. F. (1998). Orientação Profissional: a consolidação de uma experiência num contexto de ensino. Unicamp - Faculdade de Educação: Campinas.

SPARTA, M. (2003) o desenvolvimento da Orientação Profissional no Brasil. *Revista Brasileira de Orientação Profissional* v.4 n.1-2 São Paulo dezembro. Recuperado em 24/09/08.